

A stylized profile of a human head facing left, filled with horizontal bands of rainbow colors: red, orange, yellow, green, and blue. The head is set against a teal background with white geometric lines forming a large 'V' shape.

Homocultura e as Novas Formas de Ler a Sociedade

Christopher Smith Bignardi Neves
(Organizador)



Homocultura e as Novas Formas de Ler a Sociedade

Christopher Smith Bignardi Neves
(Organizador)

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H768	Homocultura e as novas formas de ler a sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Christopher Smith Bignardi Neves. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-744-4 DOI 10.22533/at.ed.444190611 1. Homocultura. 2. Homossexualidade – Aspectos sociais. I. Neves, Christopher Smith Bignardi. CDD 306.76
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ilustre leitor e leitora, essa obra que vos apresento é uma construção coletiva, feita por várias mentes brilhantes que se dedicaram para produzir esses textos que reflete parte de seus conhecimentos. O resultado é um livro transdisciplinar, elabora por especialistas sensíveis a temática, esse volume engloba as áreas da educação, da saúde e do direito.

O termo Homocultura, aborda mais do que diversidade cultural e sexual, associa o discurso teórico e político a uma consciência histórica. As investigações sobre a Homocultura, foram intensificadas no Brasil no início do terceiro milênio, estimuladas pelas discussões proporcionadas por Mário César Lugarinho e José Carlos Barcellos. A Homocultura proporciona novos comportamentos sociais, intervenções e ações, que refletem em discussões, tais como: os direitos homoafetivos; a homoparentalidade, as identidades homoeróticas; a relação etnia-sexualidade, entre outras possibilidades.

Coube a mim o desafio de compilar esta obra que, estabelecerá certamente um diálogo com a sociedade. Esse livro além do fator teórico, apresenta um fator político, uma vez que os pesquisadores abordam temas relacionado as sexualidade, gêneros, machismos e etnias, constituídos socialmente como um tabu. Os esforços destes vinte e cinco pesquisadores, refletem um exercício de alteridade, posicionam-se no lugar outro, para nos apresentar novas perspectivas de análise.

Para diminuir algumas limitações teórico-metodológicas as contribuições dos autores e das autoras estão agrupadas em seções, de modo que a primeira seção abordará ensaios teóricos que fornecem embasamentos para a compreensão do tema Homocultura, permeando pelas Ciências Sociais, pela Psicologia e pelo Direito; a seção seguinte apresenta estudos empíricos, agrupados pelas áreas da Saúde, das Ciências Sociais, do Direito, e da Educação, que foram desenvolvidos na região sudeste, norte e nordeste do país.

Iniciamos o livro com o estudo bibliográfico realizado por *Vinicius Santos* (Capítulo 1) nos faz refletir sobre a constituição de uma Esfera Pública LGBT, para tanto o autor faz uma digressão acerca da democracia deliberativa apoiando-se em dezenas de teóricos das Ciências Sociais. O estudo bibliométrico de *Juliana Costa* e *Elaine Fernandez* (Capítulo 2), que direciona a pesquisa para a relação lesbianidades e prostituição sexual, as autoras encontraram no portal Capes, três teses e quatro dissertações defendidas entre os anos de 2003 e 2012, o que possibilita discorrer sobre a pouca produção científica existente. *Paola Cantarini* (Capítulo 3) contribui ao discorrer sobre o Estado Democrático de Direito, a autora relaciona a arte e o direito a partir do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, seu artigo aborda um direito democrático e transgressor. A mesma autora (Capítulo 4) expõe a necessidade do resgate de um vínculo transcendental das instâncias sociais, onde o Direito aplica novas interpretações da sociedade, adotando os princípios da proporcionalidade, de modo interdisciplinar agregando os saberes do Direito, da Filosofia e da Arte.

Abordando as mulheres encarceradas *Yohana Monteiro* (Capítulo 5) tece um breve panorama sobre a realidade dos presídios, ponderando que estes espaços de dominação sob a égide do panóptico, vigia e estigmatiza cada vez mais a mulheres negras e pobres.

A segunda seção desta obra apresenta tênues subdivisões. As abordagens da Saúde iniciam-se no estudo de *Rosângela Vera* (Capítulo 6), que inclui as lentes das Ciências Sociais para apresentar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres residentes em uma comunidade quilombola, localizada no interior do Maranhão, que sofrem com a ausência de políticas públicas de saúde. *Severino Leão, Elzomar Freire e Karoline Dias* (Capítulo 7) identificam que a cultura machista reflete na falta de cuidado com a saúde masculina, identificam que perdura entre os homens o preconceito relacionado ao exame do toque retal, e, através de uma campanha educativa incentivaram centenas de pacientes a realizar o procedimento para identificar a neoplasia. Através da 12ª Jornada Nordestina de Cidadania Plena LGBT, ocorrida em Picos (PI), *Glauber Macedo, Martha Sousa, José Sobreira e Paulo Souza Junior* (Capítulo 8), tecem reflexões que abordam temas relacionados aos processos decoloniais e política públicas para a população LGBT e em especial à saúde de pessoas Trans. Por meio do mesmo evento. Sob a ótica do Direito e das Ciências Sociais, *José Moraes, Geane Borges, Samuel Hora e Wendy Moraes* (Capítulo 9) produzem um diálogo com o leitor, e também, com quatro entrevistados que participaram do referido evento.

A última seção retrata os artigos sobre a educação, neste espectro Máira Sarmanho e Roosyelma Santos (Capítulo 10) desenvolvem pesquisa acerca de gênero e sexualidade nas percepções dos professores e estudantes de uma escola pública de Bélem (PR). *Luiz Luz e Ana Rufino* (Capítulo 11) entendem a dificuldade em discutir no ambiente escolar as questões de gênero e sexualidade, buscam em teóricos queer uma explanação para que se efetive essa prática na educação infantil. As reflexões de *André Barbosa, Angela Venturini e José Freitas* (Capítulo 12) visam contribuir para criação de um pensamento descolonizado, por se enquadrar numa Instituição de Ensino Superior, os autores refletem sobre sua identidade, formação e local de fala. Encerrando o livro, encontra-se o artigo de *Fernanda Webering e André Barbosa* (Capítulo 13), inquerem treze pró-reitores de uma universidade federal a respeito de cultura, política e prática de inclusão, constatando a invisibilidade das pessoas trans no meio acadêmico.

Pensar e repensar conceitos e pré-conceitos pode ser viabilizado por meio desta obra, que anseio contribui para que vocês, leitores e leitoras, possam utilizá-las em suas atribuições sobre cultura e modos de coligir o mundo.

Christopher Smith Bignardi Neves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA ESFERA PÚBLICA LGBT: DE J.HABERMAS A NANCY FRASER	
Vinícius Barriga dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4441906111	
CAPÍTULO 2	12
LESBIANIDADES E PROFISSIONAIS DO SEXO: DIALOGANDO SOBRE RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS E TRABALHO	
Juliana Mazza Batista Costa	
Elaine Magalhães Costa Fernandez	
DOI 10.22533/at.ed.4441906112	
CAPÍTULO 3	25
A ARTE E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL - A LUTA POR UM DIREITO EMANCIPATÓRIO E TRANSGRESSOR	
Paola Cantarini Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.4441906113	
CAPÍTULO 4	36
MANIFESTAÇÃO DA RELIGIOSIDADE NO DIREITO E NA FILOSOFIA – PERSPECTIVA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Paola Cantarini	
DOI 10.22533/at.ed.4441906114	
CAPÍTULO 5	52
GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: A DISCUSSÃO SOBRE AS MULHERES PRESIDARIAS DO INSTITUTO PENAL FEMININO (IPF)	
Yohana Tôrres Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.4441906115	
CAPÍTULO 6	59
ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS EXPERIÊNCIAS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO INTERIOR MARANHENSE	
Rosângela de Sousa Veras	
DOI 10.22533/at.ed.4441906116	
CAPÍTULO 7	68
O DIA D DOS HOMENS A NÃO ADESÃO AO TOQUE RETAL E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA E A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO	
Severino Francisco de Souza Leão	
Elzomar Mendonça Freire	
Karoline Mirapalheta Dias	
DOI 10.22533/at.ed.4441906117	

CAPÍTULO 8	76
POPULAÇÃO LGBT E O DIREITO À SAÚDE: ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DA MILITÂNCIA TRANS JUNTO À PREVENÇÃO COMBINADA DAS IST/HIV/AIDS E DESIGUALDADES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA 12ª JORNADA LGBT DE PICOS-PI	
Glauber Bezerra Macedo	
Martha Virna de Sousa	
José Thiago Bezerra Sobreira	
Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.4441906118	
CAPÍTULO 9	88
O SONHO DA COR DO ARCO-ÍRIS E A HOMOFOBIA NO CAMINHO DE VIDAS	
José Borges de Moraes	
Geane Maria de Alencar Arrais Borges	
Samuel do Nascimento Hora	
Wendy Gonçalves Borges de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4441906119	
CAPÍTULO 10	117
DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FORMAL: TECENDO CAMINHOS PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL	
Máira Bianca Sodré da Silva Sarmanho	
Roosyelma Priscilla Neves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44419061110	
CAPÍTULO 11	128
DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: AS DIVERSAS PRODUÇÕES COTIDIANAS DE PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TRABALHAR AS QUESTÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA ESCOLA	
Luiz Otavio Ferreira da Luz	
Ana Daniela dos Santos Rufino	
DOI 10.22533/at.ed.44419061111	
CAPÍTULO 12	141
A DINÂMICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E O PENSAMENTO DESCOLONIZADO	
André Luiz dos Santos Barbosa	
Angela Maria Venturini	
José Guilherme de Oliveira Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.44419061112	
CAPÍTULO 13	148
POLÍTICAS INTERNAS DA UFRJ PARA COMBATER O PRECONCEITO COM AS PESSOAS TRANS	
Fernanda Iglesias Webering	
André Luiz dos Santos Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.44419061113	
SOBRE O ORGANIZADOR	153
ÍNDICE REMISSIVO	154

DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: AS DIVERSAS PRODUÇÕES COTIDIANAS DE PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TRABALHAR AS QUESTÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA ESCOLA

Luiz Otavio Ferreira da Luz

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ

Ana Daniela dos Santos Rufino

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ

formação acadêmica, mas que compreende toda sua vida e construções que se deram a partir de suas experiências no campo cultural familiar e religioso.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Gênero e sexualidade; Escola.

RESUMO: Este artigo discute questões sobre gêneros e sexualidades e traz reflexões acerca da sua difícil abordagem no espaço escolar. Com embasamento nas discussões sobre as regulações de silenciamentos, a dualidade entre o normal e o anormal e as expressões da heteronormatividade presentes em nossos cotidianos, compreende a escola como um espaço de convivência e de trocas de experiências, possibilita a socialização e apreensão de novas aprendizagens, onde as questões de gêneros e sexualidades estão presentes a todo o momento. A pesquisa reflete, a partir dos discursos de professorxs da educação infantil de escolas de uma cidade da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro, quais os mecanismos cotidianos de professorxs para lidar com seus conhecimentos e desconhecimentos, quando estas temáticas surgem em sala de aula. Nas suas falas expressam que necessitam se desconstruir como pessoas para reconstruir como professorxs, pois suas práticas, que constroem seus saberes, que não partem somente de sua

DECONSTRUCTION AND
RECONSTRUCTION: THE VARIOUS DAILY
PRODUCTIONS OF TEACHERS FROM
ELEMENTARY EDUCATION TO WORK
ON GENDER AND SEXUALITY ISSUES AT
SCHOOLS

ABSTRACT: This article discusses issues about gender and sexuality and reflects on the difficult approach in schools. Based on the discussions about silencing regulations, the duality between normal and abnormal and the expressions of heteronormativity present in our daily lives. The school as a space of coexistence and exchange of experiences, it enables the socialization and apprehension of new learning, where issues of gender and sexuality are present all the time. The research also discusses, from the discourses of teachers from Elementary Schools in a city of Baixada Fluminense - Rio de Janeiro, which of the daily mechanisms of teachers to deal with their knowledge and unknowns about this main

topic, when these themes emerge in the classroom. In their speech, they express that they need to deconstruct their thoughts as ordinary people to rebuild as teachers thinkers, because their practices that build their knowledge, which do not only start from their academic background, but understand all their life and constructions that were based on their experiences in the family, religious and cultural

KEYWORDS: Children's education; Gender and sexuality; School.

INTRODUÇÃO

A pesquisa, em caráter preliminar de estudo para confecção de tese, aborda questões sobre gêneros e sexualidades no espaço escolar e tem por objetivo problematizar, a partir das falas de professorxs, principalmente aqueles que se auto declaram cristãos, as compreensões que estes produzem e constroem seus saberes nos seus cotidianos. Visto que muito do que produzem ou não em relação a essa temática, está vinculado aos conhecimentos e desconhecimentos sobre a questão em que podemos compreender que a academia não os discute durante o processo de formação.

Sobre a questão da produção de saberes que se tecem nos múltiplos espaços/ tempos, Tardif (2011, p.54) esclarece que é na própria prática docente desenvolvido pelo profissional, um saber plural, formado de diversos saberes provenientes das instituições de formação, da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana e desta forma, podemos compreender que diante sua formação múltipla, o professxr, quando deseja, necessita se reconstruir como pessoa a partir de suas crenças e profissional para lidar com questões estanques as suas produções de saber. Sobre a perspectiva freireana de ou reproduzirmos as normas, padrões e desigualdades ou tentarmos transformar esta realidade é que se pauta a principal questão desta pesquisa: Se reconstruir como professxr, para além de toda sua formação acadêmica e produções de saberes durante toda a vida nos mais diversos espaços para poder trabalhar com questões de gênero sexo e sexualidade no espaço escolar.

Diante a nossas experiencias como pesquisadorxs da área em contato com escolas, podemos perceber que muitos professorxs sentem-se perdidos entre o querer fazer, produto dos desejos sobre seus alunos nas questões de gênero, sexo e sexualidade e as condições pelas quais se colocam em impedimento, produto de sua cultura, verdades e crenças. Desta forma, limitados sobre suas próprias perspectivas, vivenciam uma dualidade funcional que em muitos casos desrespeitam as singularidades destes alunos. Ou seja, o que se percebe quando essas questões aparecem na prática cotidiana do professxr em sala de aula, estes se atêm a informações apoiadas meramente no dispositivo da fisiologia do aparelho reprodutor numa perspectiva da ciência e conhecimento, mesmo que apenas prévio,

do corpo, deixando de lado outras questões que poderiam ser abordadas, mas que são deixadas de lado por medo de como este trabalho pode ser verificado por terceiros, despreparo em lidar com as questões ou ainda limitados a algo referente, como exposto, às suas crenças.

QUESTÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE, ESPAÇO ESCOLAR E SUAS REGULAÇÕES

Diante as experiências como professor da rede pública e particular, tanto dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e Médio, quanto pesquisador da área de gêneros, e sexualidades, me fizeram compreender que o espaço de discussão sobre tais questões na escola mostra-se e é de difícil tarefa, contudo muito necessária, visto que a escola é o ambiente mais frequentado pela criança, depois do espaço familiar. Tal ponto traduz a necessidade de cada dia mais problematizarmos nos espaços escolares, tendo em vista a sexualidade como parte integrante e constituinte dos sujeitos, independentemente de seu contexto social ou nível de aprendizagem, num conteúdo de trabalho sobre sexualidade, para além de um simples tema transversal como nos foi apresentado nos antigos PCNs.

Silva (2004), em seus estudos sobre diversidade, afirma que algumas questões como etnia, gênero e raça começam a ser apontadas pelo currículo escolar apenas muito recentemente e após os estudos pós-estruturalistas e dos estudos culturais por meio do vínculo entre conhecimento, identidade e poder.

Em se tratado sobre os estudos culturais, vamos a Teoria *Queer*, onde o mesmo autor afirma que as pesquisas da teorização feminista sobre gênero, permitem defender a hipótese de que há uma construção social para a questão da sexualidade. Ou seja, a influência da teoria *queer* sobre a construção dos currículos tem uma fundamental importância, visto que vai ao encontro daquilo que temos como existente.

Seguindo pelos estudos culturais e a Teoria *Queer*, podemos compreender que o caminhar entre a academia e a escola, faz desta um ótimo espaço para estudar as questões das sexualidades, já que as diversas relações apresentadas aqui são de mais fácil observação nesse espaço e por isso proporciona que o pesquisador possa perceber de forma

Pelos caminhos que percorremos como profissionais da educação, podemos perceber pistas de que, apesar de mudanças e transformações contemporâneas, o referido processo ainda carrega práticas e mecanismos regulatórios tanto formação dos professorxs na academia, quanto nas identidades dos profissionais da educação.

Podemos compreender que muitos professorxs conferem importância do estudo na área da sexualidade, reconhecendo a necessidade da educação sexual nas escolas, respeitando as “práticas sexuais” para o desenvolvimento saudável

dos estudantes como seres humanos. E principalmente o respeito as sexualidades e os diversos gêneros existentes dentro do espaço escolar. Da mesma forma, como professor, aposto na perspectiva que muitos desses docentes já vivenciaram situações difíceis relacionadas à sexualidade em sala de aula e já se questionaram sobre as dificuldades em lidar com o assunto, ainda mais no contexto atual, quando a temática da diversidade sexual está em voga e permeando meios políticos com discussões acaloradas como as novas propostas da BNCC .

Prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE), a BNCC é um documento que visa sistematizar o que vem sendo ensinado e discutido nas escolas de educação básica. Tem como princípios ser uma listagem de objetivos de aprendizagem a serem alcançados em cada uma das etapas da formação e nas áreas de conhecimento através da unificação nacional do currículo eliminando as desigualdades existentes entre diferentes regiões do território nacional, garantindo o direito a uma educação de qualidade.

Interessante ressaltar, aliado aos diversos profissionais que se colocam contra o documento pelos mais variados motivos dentre eles o principal de descaracterizar o estudante em sua condição de diferença, o trabalho docente a partir de sua condição criativa e a desconsideração da complexidade da vida na escola. Também traço algumas considerações referentes a questão da sexualidade nos contextos do cotidiano da escola.

Tendo por base o documento da BNCC, o termo “sexo” aparece apenas 2 vezes em seu conteúdo. Ambas, na unidade 4 – Hereditariedade: padrões e processos de armazenamento, transmissão e expressão de informação na parte de organização curricular do componente Biologia para o Ensino Médio. Já o termo “sexu” que compreende as palavras “sexuada”, “sexual”, “sexualidade” e “homossexualidade” aparecem apenas 26 vezes.

Para o termo “sexu”, este aparece pela primeira no documento na expressão orientação sexual na parte: Direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento que se afirmam em relação a princípios éticos, no capítulo 2 onde são apresentados os princípios da BNCC.

As crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos da Educação Básica, têm direito: ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer (p.34)

Posteriormente a essa primeira aparição do termo citado, novamente só vamos encontra-lo novamente no campo de experiências, direitos e deveres da aprendizagem, no item “O eu, o outro, o nós”.

O corpo expressa e carrega consigo não somente características e físicas e biológicas, mas também marcas de nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou

As questões apontadas a partir de um documento normativo como a BNCC tornam-se de fundamental importância para as discussões sobre sexo, gênero e sexualidade, pois de acordo com o que foi observado no documento, ou melhor, a forma como algumas questões foram suprimidas do documento, pode nos alertar sobre a volta de um posicionamento propriamente conservador e por qual motivo não dizer higienista a educação onde o sexo e a sexualidade podem ser simploriamente entendida ou desentendida apenas como parte biológica. A medicina durante muito tempo tratou o sexo de forma biológica e apenas com caráter reprodutivo. No entanto, podemos observar que o discurso médico baseado em uma visão biológica, ao postular uma relação direta entre a sexualidade e a reprodução, força um distanciamento entre a primeira e a subjetividade e cria uma norma do que seria um desenvolvimento sexual normal, caracterizando como doença ou desvio a sexualidade que se diferencia dessa norma. E assim não podemos deixar de assistir os discursos de Michael Foucault sobre a sexualidade.

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual a doença mental; da infância à velhice foi definida e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação: isso não equivaleria a buscar meios de reabsorver em proveito de uma sexualidade centrada na genitália tantos prazeres sem fruto? Toda esta atenção loquaz com que nos alvoroçamos em torno da sexualidade, há dois ou três séculos, não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora. (FOUCAULT, 1988, p. 43-44).

A visão da medicina enfatiza que a sexualidade do indivíduo não está relacionada ao prazer, mas sim à reprodução da espécie. Desta forma, quando o sexo é entendido apenas como forma de reprodução, seu exercício fora desses planos é considerado como algo da esfera do não natural e do pecaminoso, que deve ser controlado e regulado. Para tanto, a partir desse momento, utilizarei o termo regulação para poder compreender as diversas formas como o sexo e a sexualidade estão sendo regulados na sociedade, nos espaços da escola e principalmente na educação infantil.

Em uma compreensão sobre as dinâmicas das sexualidades existentes nos espaços de uma escola, podemos considerar, com base nos discursos existentes sobre a sexualidade, tanto por parte da própria escola como por grande parte dos professorxs e demais funcionários e funcionárias, certa dificuldade em se tratar das questões relacionadas ao tema. Com o suposto objetivo de manter o controle e ordenação sobre seus espaços, diversos dispositivos de controle são praticados, regras impostas ou técnicas punitivas para que os comportamentos entendidos como normais sejam desenvolvidos. Todos esses dispositivos podem ser compreendidos

como táticas de disciplinamento. Louro (2001) diz que diante de várias estratégias de disciplinamento da sexualidade as crianças experimentam a censura e o controle, aprendem a vergonha e a culpa, o que gera um aprendizado de que a sexualidade é da esfera do privado. A questão da sexualidade em sala de aula, na maioria das vezes, ainda é tratada como um tabu.

Ainda que o tema da sexualidade seja cada vez mais debatido fora da escola (na mídia, por exemplo), tal questão ainda é, em geral, um tabu em sala de aula, pelo menos nos discursos legitimados pelos/as professores/as. Estes frequentemente colocam a sexualidade no reino da vida privada, anulando suas percepções e consequências sociopolíticas e culturais ao compreendê-la como uma problemática individual. Em tais discursos, os corpos não têm desejo, não se vinculam a prazeres eróticos e, na verdade, não existem como forças constitutivas de quem são nas práticas sociais. (LOPES, 2008, p. 125).

É necessário compreender que a sexualidade está presente no espaço escolar, pois está nos corpos de todos os sujeitos que a habitam (LOURO, 1997), assim como é importante perceber que esse espaço, para além de uma ideia tradicionalista da educação onde os objetivos da instituição escolar estão voltados para a transmissão de conteúdos, também pode ser entendido como um local onde existem outras construções, como a dos sujeitos. Na contemporaneidade, o espaço da escola tem ocupado um lugar bastante interessante para a compreensão sobre o período da infância. Podemos entender que é no espaço escolar – nas creches, na educação infantil e ainda nos anos iniciais do ensino fundamental, por exemplo onde as crianças passam grande parte de seu tempo em atividades, que elas, de uma forma geral, têm na interação e na relação com seus pares, uma das formas do processo criativo e do desenvolvimento da aprendizagem.

Louro (2000) em relação à sexualidade humana de uma forma geral concorda com Foucault e compreende que:

A sexualidade, afirma Foucault, é um “dispositivo histórico” (1988). Em outras palavras, ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”. Sua definição de dispositivo sugere a direção e a abrangência de nosso olhar: um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1993, p.244; LOURO, 2001, p. 6).

Segundo Rodrigues (2011) quando uma das manifestações da sexualidade infantil se expressa no espaço público, pode tornar-se objeto de punição, controle, correção e disciplinarização dos corpos. Assim, as crianças desde cedo, através de um discurso baseado na moral cristã que aloca o sexo como pecaminoso, numa via apenas de reprodução, são, através dos discursos morais, chamadas, muitas vezes, a ocupar um lugar fixo e determinante no enquadramento de sua sexualidade. Entendo o enquadramento realizado sobre a sexualidade infantil, no modo e na

relação que se faz sobre a sua existência ou não nos discursos, neste caso, de seus pais e responsáveis, na maneira pela qual se dirigem aos seus filhos dizendo que está errado ou ainda que “essas brincadeiras” não são para sua idade. Ou seja, o controle da sexualidade, ou menor na expressão da sexualidade pelos corpos e expressões, são moldados a partir de discursos que se fazem sobre os objetos e não sobre os sujeitos (FOUCAULT, 1988).

Na contemporaneidade, necessitamos enquadrar para controlar, necessitamos definir lugares para os sujeitos. E nesses lugares determinados, os comportamentos e os sujeitos que lá poderão estar. Assim, a sexualidade das pessoas atua como um marcador de lugar de identidade (no singular) e de diferenças.

Como lembra Foucault (1988), a sociedade ocidental organiza em torno do sexo técnicas religiosas, médicas e sociais de controle e punição, e essas técnicas também são usadas para controlar a sexualidade infantil.

Vamos estabelecendo quem vigia quem, quem controla quem, enfim, vamos construindo identidades, tanto daqueles que devem estar num ponto do processo, quanto daqueles que se situam na outra extremidade, até que sejamos capazes de nos autovigiar, autocontrolar e autogovernar, incorporando as normas que muitas vezes não colocamos em discussão e naturalizamos. Como nos lembra Britzman (2000), a sexualidade não se constitui em problema, mas ela é o lugar em que os problemas se afixam (FERRARI, 2010, p. 258).

Desde crianças, sofremos, portanto, uma autorregulação dos comportamentos para a atividade sexual e do corpo. A sexualidade que está presente nas crianças, e não só nelas, quando entendemos que é inerente aos corpos e parte constituinte dos sujeitos, passa a ser alvo de controle e disciplinarização. Pois, as marcas culturais de cada sujeito ou família fazem com que as crianças entendam que a sua sexualidade não deve ser explorada ou exposta. E de tal forma algumas crianças procuram realizar suas experiências escondidas, já que poderão sofrer reprimendas ou punições por isto.

No contexto da escola, essa contenção pode ser vista na medida em que o assunto não é falado, é escondido, e quando ocorrem, alguns artifícios são criados para que possa então ser silenciado. Para Foucault (2010), a escola possui diversos instrumentos para trabalhar a sexualidade, aqui vistos como artifícios pela ação dos professorxs e funcionários da instituição. Ela pode ser entendida dessa forma como lugar de correção, espaço por excelência das pedagogias preventivas e coercitivas, laboratório de construção no corpo dos currículos.

Campo da anomalia vai se encontrar desde bem cedo, quase de saída, atravessado pelo problema da sexualidade [...] De um lado, porque esse campo geral da anomalia vai ser codificado, policiado, vão lhe aplicar logo, como gabarito geral de análise, o problema (p. 211).

As ideias da negação do sexo, da sexualidade na criança, da regulação sexual nos contextos da educação, mais precisamente na educação infantil, numa tentativa do controle da expressão da sexualidade infantil através do castigo estabelecido pela

instituição, estão, para Foucault (1988), não na própria repressão da sexualidade, já que ela está presente em todos os âmbitos da vida humana, mas sobre tudo nos discursos sobre ela, pois falar a respeito de sexo significa controlá-lo e institucionalizá-lo, facilitando assim a prática vigiada, normatizada e controlada da sexualidade, e dessa forma, o próprio comportamento dos sujeitos. Foucault (1988) ainda afirma que:

Existe, talvez, uma outra razão que torna para nós tão gratificante formular em termos de repressão as relações do sexo e do poder: é o que se poderia chamar o benefício do locutor. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. Daí essa solenidade com que se fala, hoje em dia, do sexo. Os primeiros demógrafos e os psiquiatras do século XIX, quando tinham que evocá-lo, acreditavam que deviam pedir desculpas por reter a atenção de seus leitores em assuntos tão baixos e tão fúteis. Há dezenas de anos que nós só falamos de sexo fazendo pose: consciência de desafiar a ordem estabelecida, tom de voz que demonstra saber que se é subversivo, ardor em conjurar o presente e aclamar um futuro para cujo apressamento se pensa contribuir. (FOUCAULT, 1988, p. 12).

Dessa forma, a problemática dos discursos que habitam muitas escolas sobre a utilização dos conceitos normal, anormal, normalidade, anormalidade, em relação aos comportamentos expressos pelos os alunos é de fundamental importância.

Em relação ao que é considerado como o anormal, as sexualidades que não se enquadram dentro do modelo padrão são vistas como desviantes da norma pretendida e aludida como natural e habitual. Assim, podemos compreender que os conceitos mencionados se apresentam um como antítese do outro. Ou seja, o anormal é o contrário do normal, a anormalidade contrária à normalidade. Podemos, com isso, considerar que há uma dependência de um termo ao outro. Só existe o normal quando existe o seu contraponto: o anormal. Em Canguilhem (2009), encontramos uma apresentação do “anormal” baseado no “normal”. Para ele, um conceito só existe em relação ao outro, isto é, a anormalidade só pode ser pensada com origem na normalidade. Contudo, o mesmo autor define que:

O anormal, enquanto (a)normal, é posterior à definição do normal, é a negação lógica deste. No entanto, é a anterioridade histórica do futuro anormal que provoca uma intenção normativa. O normal é o efeito obtido pela execução do projeto normativo, é a norma manifestada no fato. Do ponto de vista do fato há, portanto, uma relação de exclusão entre o normal e o anormal. Essa negação, porém, está subordinada à operação de negação, à correção reclamada pela normalidade (CANGUILHEM, 2009, p. 111).

Assim, ao articularmos as definições estabelecidas pelo dicionário e as palavras de Canguilhem (2009), podemos perceber que há uma tentativa de neutralizar as relações entre aqueles que são considerados *normais* e aqueles que não são, portanto, desconsiderando-se a complexidade presente nessas inserções (SEPULVEDA, 2012). Dando continuidade a esse pensamento, Sepulveda (2012)

recorre a Veiga Neto (2001) para compreender que:

Como sabemos, frente aos incômodos que palavras como *normal* e *anormalidade* podem nos causar, são possíveis algumas alternativas. [...] Uma terceira alternativa – aliás, compatível com a anterior – consiste em simplesmente naturalizar a relação *normais-anormais*, isso é, pensar a norma em termos naturais, como algo que aí está, à espera de ser entendida e administrada pelos especialistas. Desse modo a anormalidade se reduz, também aqui, a uma questão técnica, ainda que se possa embutir, junto a ela, uma discussão política em prol do anormal e, muitas vezes, da sua inclusão social (VEIGA-NETO, 2001, p. 108 apud SEPULVEDA, 2012, p.82).

A partir do pensamento do autor acima, desenvolvido por Sepulveda (2012), volto à questão do princípio das regulações para compreender os ajustamentos que se fazem nos comportamentos de alguns alunos nos espaços da escola. Para tanto, retorno ao conceito de normalizar que define uma ideia de “tornar-se normal, voltar à normalidade”. Assim, podemos compreender que há uma busca a partir de uma vontade de normalizar, transformar todos em “normais”, ou seja, uma forma de correção dos modos de existência e expressão da sexualidade

Não podemos afirmar aqui que haja uma regulação compulsória dentro do espaço escolar para a constituição do masculino e do feminino a partir de um padrão de comportamentos intrínseco à fala e atitudes, mas podemos compreender que é pelas atitudes tomadas pelos professorxs em sala de aula, quando diferenciam os gêneros masculino e feminino, colocando o que um menino pode e uma menina não pode fazer, que esses contribuem para a formação de sujeitos que entendem a heterossexualidade como a orientação sexual correta, como o padrão de comportamento desejável. Esta prática muito provavelmente levará a uma produção de discurso sobre a heteronormatividade na escola, pois a regulação existente na fala dos professorxs sobre os comportamentos aceitos ou não segue o padrão social considerado como ideal, moldando os comportamentos desejáveis no espaço escolar.

Ainda segundo os autores, é criado em 1991, por Michael Warner, uma tentativa de dar conta de uma nova ordem social, o conceito de heteronormatividade.

Isto é, se antes essa ordem exigia que todos fossem heterossexuais, hoje a ordem sexual exige que todos, heterossexuais ou não, organizem suas vidas conforme o modelo “supostamente coerente” da heterossexualidade. (COLLING; NOGUEIRA, 2014, p.179).

Por essa perspectiva podemos compreender que os discursos existentes nas escolas em relação às questões da sexualidade e do gênero estão a todo momento vinculados às problematizações que se baseiam em princípios da heteronormatividade. Butler (2003) nos diz que a sociedade exige uma coerência entre sexo-gênero-desejo e prática sexual e, ao fazer isso, a heterossexualidade deixa de ser apenas uma entre tantas formas de viver a sexualidade para se tornar uma imposição, uma coerção sobre os corpos. Pertencente a essa sociedade, carregamos conosco esse discurso e o reproduzimos na nossa vida e em nosso trabalho. Essa compreensão

de os discursos e a sexualidade serem afetados por uma construção social vai além quando tratamos da educação infantil, visto que em relação à idade das crianças constituídas nesse espaço, há contribuição de outros valores que são atravessados pelas crenças e saberes sobre a faixa etária, caracterizando-a como uma fase onde não há, ainda, uma exploração da sexualidade, assim anulando sua existência.

ANÁLISE DA QUESTÃO DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR: COMO SE DÃO AS AÇÕES DOS PROFESSORXS.

A pesquisa se desenvolveu em um município da Baixada Fluminense-RJ. Foram lançados aos professorxs da educação infantil e do primeiro ciclo dos anos iniciais do ensino fundamental, um questionário on-line com quatro breves perguntas(1 – se possui alguma fé? Qual?; 2 – Compreende a importância sobre as discussões de Gênero, Sexo e Sexualidade no espaço escolar?; 3 - Realizam algum trabalho que aborde as questões de gênero, sexo e sexualidade no espaço escolar e 4 – Quais são os possíveis motivos impeditivos para realização de um trabalho efetivo?

Do montante de professorxs da rede, conseguimos respostas de 122 professorxs atingindo um número total de 22 escolas. As análises das respostas se deram de forma quantitativa, onde preliminarmente desejamos quantificar alguns sujeitos a partir de suas respostas.

Nas escolas alcançadas pela pesquisa, pudemos perceber as dificuldades encontradas em lidar com as questões referentes à expressiva sexualidade apresentada por alguns alunxs. Nos discursos preliminarmente obtidos dos professorxs, pode-se observar que existe uma grande vontade de lidar com naturalidade com a questão, contudo, a partir da constituição como pessoa, os seus traços culturais e verdades inerentes a sua crença, estxs professorxs não conseguiam desenvolver propriamente uma relação sem a qual o preconceito estivesse arraigado.

Diante esta realidade e após análise das repostas obtidas nos questionários apresentados, podemos compreender que existem muitas questões que devem ser discutidas com relação a abordagem sobre gêneros e sexualidade no espaço escolar. Com relação a primeira pergunta, referente a fé dxs professorxs, 42% Protestantes, 33% Católicos, 10% Matriz Afro Brasileira, 10% entendem que a religião é algo pessoal e não interfere no trabalho como professxr e 5% não possuem religião.

Como nos importava compreender como pensam xs professorxs que se auto declaram cristãos, vamos a segunda questão a análise dos 75% que se autodeclararam Protestantes e Católicos. Destes 84% Entendem que sim, compreende a importância sobre as discussões de Gênero, Sexo e Sexualidade no espaço escolar 10% Afirmam que as políticas públicas necessitam legitimar a questão, 4% discordam, 2% se abstém a questão. Daqueles que compreendem a importância sobre as discussões de Gênero, Sexo e Sexualidade no espaço escolar, somente 5% realizam algum

trabalho que abordem as questões de gênero, sexo e sexualidade no espaço escolar, enquanto outros 5% desenvolvem algum tipo de trabalho, mas não se sentem à vontade e 90% disseram que não.

Investigando um pouco mais a fundo, através das respostas daqueles que disseram não, desejamos saber quais são os possíveis motivos impeditivos para realização de um trabalho efetivo e assim, entendemos que 35% questões relacionadas a fé, 45% desconhecimentos sobre a questão, 20% medo sobre os julgamentos que podem decorrer. Ou seja, podemos compreender que mesmo aqueles professorxs que se auto declaram cristãos, mas que entendem a necessidades de trabalhos referentes as questões de sexualidade e gêneros no espaço escolar, poucos são os que realmente desenvolvem, visto que ainda há um entrave de questão da fé, desconhecimentos sobre a questão e ainda medos e julgamentos.

Desta forma, podemos compreender na breve pesquisa de caráter apenas qualitativos, que sobre as respostas apresentadas não há de se concluir ou fazer projeções para trazer resultados de um manual sobre sexualidade e gênero nos cotidianos das escolas, na educação de crianças. Na diversidade de pontos que surgem como pistas em relação a questão da sexualidade, compreender que há uma profunda necessidade de discussões sobre a inserção do assunto nos currículos da formação é uma hipótese que pode vir a ser questionada visto que há uma necessidade muito mais ampla sobre a discussão verificada na própria fala dxs professorxs que vai além da formação, mas na própria cultura e construção histórica destes sujeitos.

Para além de formalidades de uma pesquisa acadêmica, perceber as angustias sobre as questões vivenciadas nos cotidianos da escola é também compreender que sobre muitas perspectivas, que a desqualificação sobre o trabalho docente em relação à temática da sexualidade, torna-se injusta visto que há muito mais vontade, independente de diversos fatores que vão desde a cultura ou uma formação deficiente, com medos ou estranhamentos, de acertar do que errar

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) Orientação Sexual**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2º versão, abril de 2016, in: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>

BRASIL, **RCNEI – Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil** – Brasil, 1998. In: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/eduinf_esp_ref.pdf

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero - Feminismo e Subversão da Identidade**, Ed: Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. **Relacionados mas diferentes: Sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade**. In: RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. S. (Orgs.). *Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação*. Vitória: EDUFES, 2014.

FERRARI, Anderson. **Você já deve saber sobre minha “orientação sexual”** (se não sabia, ficou sabendo *agora, hehe*) – *subjetividades e sujeitos em negociação*. In: FERRARI, Anderson. *Sujeitos, subjetividades e Educação*. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **O Nascimento da Clínica**. Tradução Roberto Machado. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Ética, sexualidade, política**. Col. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Os Anormais**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

LOPES, Luiz Paulo Moita. **Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer**. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **Pedagogias da Sexualidade**. In: _____. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LOURO, Guacira. **Heteronormatividade e homofobia**. In *Brasil: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira. **Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade**. In: *Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação Docente*. Autêntica: Belo Horizonte; vol. 3 – nº 4, 2011.

LOURO, G. L.; FELIPE, J; GOELLNER, S. V. **Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2012.

RODRIGUES, Alexsandro. **A escola como possibilidade de investigação: corpo, sexualidades e currículos como investimento político**. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo. *Currículo e Educação Básica: por entre redes de conhecimentos, imagens, narrativas, experiências e devires*. Rio de Janeiro: Rovelte, 2011.

SEPULVEDA, Denize. **Emancipação Social e exclusão no cotidiano escolar: a homofobia e sua influência nas tessituras identitárias.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Documentos de identidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 11ª edição. Petropolis, Vozes, 2011.

SOBRE O ORGANIZADOR

CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES - é natural de Londrina, interior do Paraná. É Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Tecnólogo em gestão de Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com tripla Especialização na área de educação, sendo: Gestão Escolar (Instituto Superior do Litoral do Paraná); Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar (UFPR - Setor Litoral), e, Coordenação Pedagógica (UFPR). Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (com bolsa CAPES). Se aperfeiçoou em Gênero e Diversidade na Escola. Cursa mestrado em Gestão e Direção de Equipes, pela Escola Nacional de Negócios de Barcelona (ENEB). Atualmente é Servidor na Prefeitura Municipal de Paranaguá, exercendo a função de Coordenador Pedagógico, desenvolveu atividades na UFPR como Professor Formador e Tutor a Distância nos anos de 2015 e 2016 na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, no ano de 2012 atuou como Professor no Instituto Federal do Paraná nos cursos de Organizador de Eventos e Monitor de Recreação. Participou de edições do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual e da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. Tem apreço pelas artes homoeróticas e queer, em especial pelo cinema e literatura. Realiza pesquisas principalmente nas seguintes áreas: História da homossexualidade; Movimento LGBT; Turismo LGBT; Consumo LGBT e outras relacionadas a não-heterossexualidade.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aids 22, 23, 30, 62, 63, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87

B

Boaventura de Sousa Santos 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35

C

Cidadania 29, 30, 63, 66, 78, 79, 82, 84, 97, 116, 125

Ciências 1, 11, 29, 31, 32, 35, 36, 58, 59, 67, 88, 94, 117, 122, 144, 147, 150, 153

Colonial 59, 65, 82, 88, 89, 91, 99, 107, 122, 146

Colonialidade 32, 33, 82, 86, 99, 141, 142, 143, 145, 146

Colonialismo 26, 29, 145

Constituição 1, 2, 9, 10, 20, 30, 41, 43, 49, 50, 51, 60, 76, 79, 82, 103, 115, 122, 124, 126, 136, 137, 145

Corpo 21, 61, 63, 65, 81, 88, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 104, 107, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 130, 131, 134, 139

Cultura 16, 18, 24, 33, 56, 61, 69, 70, 72, 73, 78, 82, 85, 96, 97, 102, 104, 116, 119, 121, 126, 129, 138, 147, 148, 150, 151

D

Decolonial 76, 77, 86, 116, 141, 146

Democracia 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 25, 29, 30, 32, 35, 39, 42, 46, 51, 65

Democrático 3, 4, 5, 6, 7, 8, 29, 30, 39, 40, 41, 42, 43, 48

Direito 1, 7, 8, 10, 19, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 58, 59, 60, 63, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 92, 93, 100, 101, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 122, 124, 125, 131, 144

Discriminação 55, 78, 79, 80, 83, 85, 91, 106, 108, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 131

Diversidade 2, 26, 27, 65, 66, 76, 83, 85, 87, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 138, 139, 148, 153

E

Educação 16, 17, 23, 53, 56, 58, 70, 72, 73, 78, 80, 82, 83, 85, 88, 96, 97, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 151, 152, 153

Epistemologia 25, 26, 27, 29, 33, 35

Escola 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 145, 153

Esfera pública 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 41

Estado 5, 6, 7, 8, 30, 32, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 51, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 72, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 92, 98, 104, 106, 117, 122, 124, 125, 126, 127, 140

Exclusão 2, 9, 16, 29, 30, 36, 38, 39, 49, 55, 82, 106, 119, 121, 122, 125, 135, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 152

F

Foucault 13, 16, 20, 23, 25, 27, 28, 29, 34, 35, 55, 58, 116, 121, 127, 132, 133, 134, 135, 139

G

Gays 13, 17, 19, 23, 24, 77, 78, 83, 87, 118, 124

Gênero 12, 13, 23, 24, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 100, 104, 106, 109, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153

H

Habermas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 40, 46, 51

Heteronormatividade 13, 17, 19, 124, 128, 136, 139

Heterossexuais 2, 19, 105, 136

Heterossexual 13, 90, 118, 122, 126

Heterossexualidade 19, 24, 119, 121, 126, 136, 139, 153

Hiv 22, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87

Homofobia 2, 79, 80, 82, 87, 88, 92, 103, 104, 107, 109, 116, 139, 140

Homossexuais 22, 79, 80, 82, 101, 103, 104, 105, 106

Homossexual 88, 103, 106, 116, 122

Homossexualidade 13, 14, 15, 17, 78, 101, 105, 106, 131, 153

I

Identidade 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 65, 79, 81, 91, 104, 106, 118, 120, 121, 130, 134, 139, 140, 144, 145, 149

J

Jurídico 26, 27, 29, 30, 37, 39, 40, 41, 42, 47, 49

L

Lesbianidades 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23

Lésbicas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 77, 78, 83, 87, 101, 118, 124

LGBT 1, 2, 3, 9, 10, 16, 17, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 109, 114, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 153

M

Masculino 13, 19, 20, 53, 56, 57, 69, 70, 71, 74, 120, 136, 142, 143, 144, 145, 149, 151
Minorias 1, 2, 3, 9, 10, 36, 78, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 106, 107,
109, 110, 111, 112, 113, 116

N

Negra 52, 54, 60, 64, 65, 108
Negro 55, 60, 65, 81

P

Poder 2, 5, 7, 8, 9, 10, 21, 28, 30, 31, 35, 41, 43, 48, 49, 50, 55, 58, 65, 84, 85, 89, 94, 96,
97, 98, 99, 101, 102, 104, 110, 111, 113, 114, 115, 120, 121, 129, 130, 132, 135, 141, 142,
143, 145, 146, 147
Política 3, 4, 5, 6, 8, 11, 19, 20, 24, 25, 27, 29, 31, 33, 34, 39, 42, 49, 60, 61, 62, 74, 78, 79,
80, 83, 84, 85, 86, 93, 99, 100, 108, 110, 125, 136, 139, 146, 147, 150, 151
Política pública 60, 61, 150
Preconceito 55, 75, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 98, 99, 100, 103, 109, 113, 114, 121, 124,
126, 137, 148, 151
Princípio da proporcionalidade 36, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51
Prostituição 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24

R

Raça 35, 52, 54, 60, 64, 66, 76, 81, 91, 93, 95, 101, 105, 106, 120, 130, 132, 143, 145, 150
Racismo 19, 53, 55, 57, 64, 82, 93, 108, 116

S

Saúde 17, 22, 23, 24, 53, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76,
77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 106, 117, 124, 150
Sexual 12, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 78, 79, 80, 81, 82, 83,
84, 85, 87, 88, 89, 91, 96, 100, 103, 105, 108, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 130, 131, 132, 134, 136, 138, 139, 153
Sexualidade 12, 20, 23, 24, 52, 54, 56, 60, 61, 62, 63, 66, 76, 78, 80, 82, 83, 86, 87, 99, 101,
104, 106, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130,
131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 145, 149, 152
Sociedade 2, 5, 6, 7, 10, 13, 20, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 64, 68, 69,
74, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102,
103, 104, 106, 107, 109, 114, 115, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 132, 134, 136, 142, 143,
145, 147, 151

T

Trans 34, 76, 77, 78, 82, 83, 85, 86, 127, 144, 148, 149, 151

Travestis 16, 17, 19, 23, 24, 77, 78, 82, 84, 86, 87, 118, 126

V

Violência 16, 17, 18, 21, 23, 48, 49, 78, 79, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 95, 100, 104, 108, 109, 115, 116, 118, 119, 124, 125, 126

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-744-4



9 788572 477444